

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi tornado público por órgãos de comunicação social hoje, 20 de julho, que o cidadão português Miguel Álvaro, de 34 anos, foi detido pelas autoridades policiais turcas a 25 de junho com a justificação de que aparentava ir participar numa marcha LGBTI+ não autorizada pelas autoridades turcas.

Miguel Álvaro esteve detido 19 dias. No dia 25 de junho, quando pedia direções para Balat, foi agarrado por 8 polícias, que o agrediram nas costelas e no ombro, tendo ficado, no total, 13 horas numa carrinha de polícia, sem qualquer informação sobre porque estava a ser detido, enquanto a carrinha ia sendo preenchida com mais pessoas na mesma situação. Daí foram para a esquadra de Taksim, sem poder contactar ninguém, daí para o centro de detenção de Tuzla e depois para a prisão de Sanliurfa, onde ficou até 13 de julho.

Só na semana a seguir a 2 de julho conseguiu efetuar um contacto telefónico, tendo avisado o pai onde estava e que tinha sido detido. Foi nesse momento que a família, em choque, avisou a Embaixada de Portugal na Turquia. Ora, perante todos estes factos, o relato que é tornado público pelo próprio é de que a Embaixada nunca o visitou e não houve qualquer tipo de auxílio.

Esta atitude é incompreensível. Se é certo que é conhecido por todos e todas que a Turquia é um dos países que mais ataca os direitos humanos, em particular de pessoas LGBTQIA+, e havendo um cidadão português preso por “aparentar ser gay” neste país, não consegue este Grupo Parlamentar compreender porque é que não houve qualquer tipo de contacto ou tentativa de auxílio.

No final, acabou por ser a organização não governamental Istanbul Pride que ajudou Miguel Álvaro a sair da prisão, tendo voado para Portugal a 13 de julho. Encontra-se neste momento no Brasil, onde dá aulas, tendo dado nota das consequências psicológicas que perdurarão. Parece óbvio que, assim que foi informada desta situação, a Embaixada portuguesa deveria ter atuado imediatamente. A não ter acontecido, importa compreender o porquê.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros as seguintes perguntas:

1. Tem conhecimento o MNE desta situação?
2. Tendo sido avisada a Embaixada de Portugal na Turquia pela família de Miguel Álvaro, porque é que nunca tentou o contacto com o mesmo? Foram ou não envidados quaisquer esforços de resolução da situação?

Palácio de São Bento, 21 de julho de 2023

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)